E qual o lugar da Geografia Regional no contexto atual da Geografia?[1]

*Angelo Serpa**

**Professor do Departamento e Mestrado em Geografia,lnstituto de Geociências – UFBA*

Não é nova a idéia de que a Geografia é o estudo da individualidade dos lugares. Para os que defendem esta idéia, o estudo geográfico deveria abarcar todos os fenômenos que estão presentes numa dada área, tendo por meta compreender o caráter singular de cada porção do Planeta:

> *Alguns geógrafos vão buscar esta meta através da descrição exaustiva dos elementos, outros pela visão ecológica, encontrando no próprio inter-relacionamento, um elemento de singularização. Em ambas as propostas, é a individualidade local o que importa. Esta perspectiva teria suas raízes em autores da Antigüidade Clássica, como Heródoto ou Estrabão, que realizaram estudos mostrando os traços naturais* e *sociais das terras, por onde andaram. Modernamente, tal perspectiva tem sua expressão mais desenvolvida na chamada Geografia Regional. Esta propõe, como objeto de estudo, uma unidade espacial, a região - uma determinada porção do espaço terrestre (de dimensão variável), passível de ser individualizado, em função de um caráter próprio (MORAES, 1981: 15-16).*

O dualismo na Geografia relacionava-se com o contraste entre a Geografia Geral (sistemática, chamada hoje com mais freqüência Tópica) e a Geografia Especial (Regional). Enquanto a Geografia Tópica se ocupa de um determinado grupo de características produzidas por um tipo de processo, independente das características que possam ocorrer no mundo, a Geografia Regional tem o seu enfoque numa área específica que revela certa homogeneidade, resultante de características relacionadas dentro da área. Para Jan BROEK, pode-se resolver esse dualismo considerando os aspectos tópicos e regionais como duas aplicações do método regional:

> *Se, por exemplo, estivermos interessados na localização tópica das indústrias de manufatura, procuramos as regiões do mundo que são homogêneas em termos desse critério específico. Por outro lado, quando praticamos a chamada Geografia Regional, selecionamos certas características (tópicos) como critérios para marcar a região. Afinal, todos* os *lugares da Terra são singulares e cheios de coisas peculiares. Será inútil pensar que podemos dominar a totalidade de conteúdo de qualquer área. Uma região, portanto, é uma área homogênea em termos dos critérios específicos escolhidos para delimitá-la das outras regiões (BROEK, 1967: 8 1-82).*

Em virtude dos debates travados na Alemanha durante a segunda metade do século XIX verificou-se, no final do século, um consenso geral entre os geógrafos alemães no sentido de que os estudos segundo os elementos e os estudos segundo as áreas eram igualmente importantes e necessários na Geografia. Essa posição equilibrada foi, porém, em breve pertubada por novas teorias acerca das regiões como reais unidades de área, que permitiriam a reformulação de conceitos genéricos e, segundo se presumia, de leis ou princípios gerais, aparentemente independentes dos trabalhos em "Geografia Sistemática" (HARTSHORNE, 1978).

Embora essa teoria das regiões como entidades legítimas tenha sido de breve duração, deixou um resíduo de convicções segundo as quais poderiam ser elaborados conceitos genéricos de regiões em termos do seu caráter total. Na Alemanha a Geografia "Sistemática" ou "Geral' foi relegada a um nível inferior e, muitas vezes, afastada inteiramente do campo da disciplina. Nos Estados Unidos, por outro lado, muitos geógrafos reagiram contra as teorias exageradamente otimistas sobre a Geografia Regional, a ponto de impugnarem a legitimidade do seu lugar na Geografia. Até mesmo na França, onde os geógrafos sempre foram particularmente festejados por suas monografias de caráter regional, alguns estudiosos vieram a encarar a "Geografia Geral" como o coroamento dos conhecimentos geográficos, a meta derradeira da Geografia

(HARTSHORNE, 1978).

Para HARTSHORNE essa controvérsia histórica contribuiu para um equívoco, resultado do pressuposto da existência de uma dicotomia em Geografia. O autor acha que a expressão "Geografia Regional" tende a confirmar a impressão errônea de que a outra modalidade da Geografia não diz respeito a áreas:

> *As expressões "Geografia Geral" e "Geografia Sistemática" tendem, uma e outra, a dar realce aos estudos genéricos de fenômenos particulares, e não aos estudos de fenômenos em inter-relação, em lugares específicos (HARTSHORNE, 1978: 118).*

A exigência de alguns estudiosos de que a "Geografia Regional" deveria ser eliminada da Geografia, alegando a impossibilidade de uma análise objetiva da complexa integração dos fenômenos heterogêneos, existentes nas áreas, com o emprego das ciências sistemáticas, foi levada por LE LANNOU ao campo dos seus opositores. O autor ataca a premissa de que qualquer parcela muito vultuosa da Geografia Geral possa pretender analisar sua matéria da maneira e no grau que tais opositores consideram científica:

> *Tais resultados não foram alcançados quanto aos aspectos humanos da Geografia nem podem ser esperados quanto à totalidade dos aspectos "naturais", Desde que a maior parte da integração completa da Geografia não pode ser decomposta em integracões elementares, a exclusão da Geografia Regional como "não científica" em breve teria de ser também seguida pela exclusão da maior parte do que hoje se denomina Geografia Sistemática (LE LANNOU, in: HARTSHORNE, 1978: 120).*

Na verdade, todos os geógrafos, independente de suas convicções, reconhecem que não poderíamos, de modo algum, explicar as escolhas e os atos do homem exclusivamente em termos de relações com o meio natural:

> *Considerar ou não a Geografia como uma ciência é questão que não pode ser resolvida pela amputação de importantes segmentos da disciplina como um campo de conhecimento. As integrações complexas de fenômenos que variam através das áreas constituem a realidade do nosso mundo. Descrevê-las e, tanto quanto possível, analisar e explicar essas diversas integrações, suscita problemas que são, indubitavelmente, difíceis de resolver. Mas a Geografia é a disciplina da qual os homens esperam tais soluções, e ela sempre procurou proporcioná-las (HARTSHORNE, 1978: 120).*

Evolução do conceito de Região: De Heródoto a Hartshorne

Uma geografia que se preocupa com a descrição dos lugares, numa perspectiva regional, remonta à antiguidade clássica, com HERÓDOTO **(484-425 a.C.). Os gregos** não só fizeram descrições dos lugares (as chamadas topografias) como também procuraram explicá-las:

> *Os fatos ocorrem, e os lugares existem, em pontos específicos da superfície terrestre. Os gregos concluíram que a terra era esférica, e mais tarde Eratóstenes (276-194 a.C.) calculou-lhe a circunferência com uma precisão notável. Sua contribuição realmente geográfica, porém, foi a criação de um sistema de linhas de latitude e longitude, sobre as quais ele dispunha a localização dos mares, terras, montanhas, rios e cidades. Nasceu assim o verdadeiro mapa - em contraste com o simples esboço: a ordem geográfica substituiu a descricão desordenada (BROEK, 1967: 20-21).*

Mas é somente na Alemanha do início do século XIX que vão surgir as primeiras colocações no sentido de uma geografia sistematizada, com Alexandre von HUMBOLDT e Karl RITTER. Ao contrário de HUMBOLDT, que via na "*contemplação da universalidade das coisas*" a definição do objeto geográfico (MORAES, 1981: 46), é o trabalho de RITTER que vem ressaltar a experiência humana no contexto regional:

> *Ritter considerava a terra como a casa do homem. Dividia-a em regiões naturais - principalmente de acordo* com *as formas dos acidentes - e examinava seu sentido para a sociedade que ocupava, ou havia ocupado, cada unidade (...)*

Julgava que a vontade divina havia criado a Terra como uma escola para o homem, na qual ele progrediria da bárbarie crua para a grandeza espiritual (BROEK, 1967: 27).

Com a obra de Friedrich RATZEL, publicada no último quartel do século XIX, o processo de sistematização da Geografia ganha novas forças. Surge com ele a noção de *"espaço vital"*, que representaria uma proporçao de equilíbrio, entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, determinando assim suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais:

O solo pode favorecer ou impedir o *crescimento dos estados (...) Um território inóspito não pode "alimentar" nenhum estado, é um deserto histórico (...) Um sentimento de unidade com* o *território é mais forte naqueles lugares onde as fronteiras são claras e definidas, onde há mais facilidade de dominação e exploração dos recursos naturais (RATZEL, 1974:* 2-3).

Entre os geógrafos foi Friedrich RATZEL quem mais explorou as influências do ambiente físico sobre a humanidade:

A essência de sua argumentação era que o homem é uma criatura do seu ambiente, tal como Darwin provara a adaptação e sobrevivência dos mais aptos no mundo animal (BROEK, *1967: 30).*

Portanto, no campo da geografia, o conceito dominante era, ao final do século XIX, o de região natural, originado do determinismo ambiental. Para RATZEL, *"o território representaria as condições de trabalho e existência de uma sociedade e sua perda seria a maior prova de decadência desta sociedade"* (LEITE, 1994: 21).

Também Vidal de LA BLACHE definiu o objeto da Geografia como a relação homem-natureza, só que sob a perspectiva da paisagem:

A teoria de Vidal concebia o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, que em cada lugar se adaptou ao meio que o envolvia, criando, no relacionamento constante e cumulativo com a natureza, um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes, que lhe permitiram utilizar os recursos naturais disponíveis. A este conjunto de técnicas e costumes, construído e passado socialmente, Vidal denominou "gênero de vida", o *qual exprimiria uma relação entre a população e os recursos, uma situação de equilíbrio, construída historicamente pelas sociedades. A diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida (MORAES: 1981: 68-6 9).*

Em contraponto ao determinismo prussiano de RATZEL, surge a teoria possibilista e a escola francesa de Geografia. O objeto da teoria possibilista é a região, porque a organização espacial resultante de um determinado gênero de vida tem extensão territorial e limites razoavelmente identificáveis. Uma região seria, portanto, uma escala de análise, uma unidade espacial dotada de individualidade com relação às suas áreas limítrofes (LEITE, 1994).

O homem criou para si diversos gêneros de vida. Com a ajuda de materiais extraídas da natureza circundante, ele conseguiu, progressivamente, através da transmissão hereditário de técnicas e costumes, construir qualquer coisa de metódico que assegura sua existência e *que adequa o meio material às suas necessidades (LA BLACHE, 1948: lIS).*

Discípulo direto de Vidal de LA BLACHE, BRUHNES escreveu uma volumosa geografia humana, onde propõe uma classificação dos fatos geográficos, dividindo-os em três grandes grupos: os fatos de ocupação improdutiva do solo (casas e caminhos), fatos da conquista vegetal e animal e fatos de ocupação destrutiva:

O geógrafo deve se preocupar antes de tudo do fato predominante, que é ao mesmo tempo o fato modesto, o tipo mais representativo de uma região determinada. A habitação que resulta de um capricho individual não deve contar para ele(...) Tudo que é excepcional tem para os estudos de geografia humana menos valor que tudo aquilo que se aproxima da noção de tipo (BRUHNES, 1925: 100).

Para MORAES, a noção de região originou-se na Geologia onde aparece como uma parcela da superfície terrestre dotada de uma unidade natural, com a sua individualidade estabelecida através de elementos da natureza:

Com Vidal, e de forma progressiva a partir dele, o *conceito de região foi humanizado; cada vez mais, buscava-se sua individualidade nos dados humanos, logo, na história. Apesar de muitos autores terem associado os processos históricos de povoamento e organização de uma região às condições naturais aí existentes (...) a região foi sendo compreendida como um produto histórico, que expressaria a relação dos homens com a natureza (MORAES, 1981: 76).*

HARTSHORNE, na década de 1940, propôs a região como uma área que apresenta individualidade, resultado da integração, de natureza única, entre fenômenos heterogêneos. O instrumento de análise da proposta de Hartshorne não é uma região previamente identificada, mas uma área de integração construída no decorrer do processo de investigação:

Os sistemas comuns de "regiões climáticas", "regiões de solos", ou também os de "regiões agrícolas" ou "regiões industriais", não implicam a integração de elementos. Trata-se de generalizações meramente descritivas de um ou mais elementos que variam independentemente através de uma área (...) *Desde que não implica inter-relações de áreas, uma divisão do mundo em regiões desse tipo não passará de uma classificação de lugares, cada qual considerado independentemente dos outros (...) Sem dúvida, quando todos os lugares houverem sido classificados e as classificações assinaladas num mapa, emergirá uma configuração de áreas distintas. Mas a extensão e a forma de cada área dependerá dos critérios limitadores que o pesquisador houver escolhido (HARTSHORNE, 1978: 117).*

Penetrando em um mar de relações: Santos, Lipietz e Kayser

Para SANTOS, estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição:

Se o *espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos (...) A região torna-se uma importante categoria de análise, importante para que se possa captar a maneira como uma mesma forma de produzir se realiza em portes específicas do planeta ou dentro de um país, associando a nova dinâmica às condições preexistentes(SANTOS, 1994: 46-47).*

Já LIPIETZ acha que só poderá haver um certo tipo de "regiões que ganham" (ou de preferência uma certa maneira de ganhar para uma região) no quadro de um certo tipo de Estado nacional (ou confederal) e esses Estados só ganharão na competição econômica internacional se souberem suscitar este tipo de "regiões que ganham":

E *as regiões ou países que "perdem" serão condenados à marginalização, ou a uma subordinação cada vez mais estrutural (por exemplo via contratação), em relação às regiões que ganham (LIPIETZ,1994: 18).*

Isto acontece porque, com a difusão dos transportes e das comunicações, cria-se a possibilidade da especialização produtiva. Regiões se especializam, não mais precisando produzir tudo para sua subsistência, pois, com os meios rápidos e eficientes de transporte, podem buscar em qualquer outro ponto do país e mesmo do Planeta, aquilo de que necessitam (SANTOS, 1994).

Vemos, portanto, que a organização espacial dos diferentes lugares já não se explica em si mesma, porque o centro de decisão das atividades desenvolvidas em determinado lugar situa-se muitas vezes a milhares de quilômetros dali. De acordo com isso, a definição de região "*deve ir além da descrição dos padrões espaciais, procurando ver as relações dialéticas entre formas espaciais e processos históricos que modelam os grupos sociais"* (LEITE, 1994: 26).

KAYSER procura definir os aspectos essenciais da realidade regional. Para o autor, '*o caráter concreto e a relatividade histórica da região devem ser logo de início nitidamente afirmados"* (KAYSER, 1980: 280). Uma região se define pelos laços

existentes entre seus habitantes, sempre se organiza em torno de um centro e só existe como parte integrante de um conjunto:

> *Uma região é, sobre a terra, um espaço precisa. mas não é imutável, inscrito em um quadro natural determinado, e que responde a três características essenciais: os laços existentes entre seus habitantes, sua organização em torno de um centro dotado de certa autonomia, e sua integração funcional em uma economia global. Ela é resultado de uma associação de fatores ativos e passivos de intensidades variáveis, cuja dinâmica própria está na origem dos equilíbrios internos* e *da projeção espacial (KAYSER, 1980:* 282).

Sempre que o processo produtivo do momento impõe técnicas de trabalho estranhas à região onde vão ser utilizadas, inicia-se a desestruturação de sua organização, que tem nas migrações o seu mais importante reflexo (LEITE, 1994):

> *As regiões são organismos vivos e complexos. Nascem, isto é, tomam corpo e se cristalizam - desenvolvem-se, isto é,* se *estruturam de uma maneira cada vez mais firme, ganham coesão. Também podem morrer bruscamente, devido à intervenção de um agente exterior, ou por lenta desintegração. A geografia, porque examina as situações regionais, portanto as regiões num determinado momento de seu dinamismo, dá uma clara consciência desses mecanismos vitais. Mas ela não pretende estabelecer categorias definidas, leis abstratas ou fórmulas rígidas para encerrar essa realidade em movimento; ela se baseia sobre o conhecimento de situações análogas, de um lado,* e *sobre a apreensão do conjunto de fatores, de outro lado, para diagnosticar o estádio da evolução (KAYSER, 1980: 283).*

Espaço Absoluto versus Espaço Relativo

Bernard KAYSER afirma que somente ao nível da região e no interior de uma entidade nacional ou de um agrupamento de países, é que se pode, de maneira válida, analisar as disparidades geográficas:

> *De um ponto a outro de uma pequena área, de uma casa a outra da aldeia, a diferença de situações é freqüentemente considerável, e provém de fatores diversos: naturais, históricos, psicológicos, sociais, culturais... De uma cidadezinha comercial, de um porto, de uma cidade industrial à área rural circunjacente, considerado globalmente, as diferenças são ainda mais acentuadas. Mas em ambos* os *casos trata-se de fenômenos locais, de desequilíbrios eventualmente remediáveis por uma organização econômica ou social. Em compensação, de um conjunto regional a outro, as disparidades, quando aparecem, são, para seu estudo e para a preparação de sua redução, do domínio da competência do geógrafo (KAYSER, 1980: 313).*

Note-se que não estamos mais aqui diante da noção de espaço absoluto, que tem suas origens no pensamento de KANT e que dele chegou a HUMBOLDT, HETTNER e HARTSHORNE, mas sim diante do conceito de região como espaço relativo, entendido a partir de relacionamentos entre objetos e que só existe porque os objetos existem e se relacionam mutuamente:

> *No pensamento geográfico o conceito de espaço absoluto aparece associado, como indica Harvey, às idéias de área ou região e de unicidade, e assim associado à geografia regional proposta por Hartshorne (CORRÊA, 1993: 27).*

Ainda que se possa criticar o uso do conceito de espaço relativo pelos geógrafos, não há dúvidas de que o problema da localização aparece em qualquer sociedade, e, sobretudo na sociedade capitalista, como um problema fundamental, desde que a relação custo-benefício apresenta uma componente espacial, onde a localização deve ser pensada em termos de espaço relativo:

> *o movimento de pessoas, bens, serviços e informações verifica-se em um espaço relativo porque custa dinheiro, tempo* e *energia para se vencer a fricção da distância (CORRÊA, 1993: 27).*

Uma região é, na verdade, o *locus* de determinadas funções da sociedade total em um momento dado:

> *Dentro de uma região, os capitais fixos são geografizados segundo uma lógica*

que é a do momento de sua criação. Isso tem um inegável papel de inércia (...) Sua 'velhice", em relação a novas formas técnicas, não é, obrigatoriamente, um fator de perda relativa de seu valor produtivo ou de sua capacidade de participar no processo de acumulação geral e dentro do ramo respectivo. E a incidência, sobre essas formas envelhecidas, das relações sociais, que lhes assegura um lugar na hierarquia dos papéis (...) A região se definiria, assim, como o resultado das possibilidades ligadas a uma certa presença, nela, de capitais fixos exercendo determinado papel ou determinadas funções técnicas e das condições do seu funcionamento econômico, dados pela rede de relações (SANTOS, 1992: 67).

Dentro da lógica atual, somente nessa perspectiva é que se pode falar de uma nova Geografia Regional. Ao contrário do que pensava VALLAUX, que não havia conexão possível entre a Geografia Geral e a Geografia Regional, as duas podem ajudar-se mutuamente, caso a primeira seja renovada, e a segunda subordinada ao conhecimento de contextos mais amplos:

Porque se uma fornece a outra um inventário das possibilidades entrevistas no presente, de que vai ela servir-se como ponto de partida para suas investigações, recebe, por outro lado, através de estudos in concreto um novo subsídio, de qualquer forma, para as suas novas deduções. A geografia geral é um capítulo introdutório indispensável e de sua renovação depende a capacidade de afastarmos o risco de explicações deterministas (SANTOS, 1994: 109).

A noção de região cultural

Como a economia de um povo está intimamente interligada com os sistemas de valor, tradições e organização social, em suma, com a sua cultura, há talvez um mérito em dispor o mundo segundo as regiões culturais. Os gregos provavelmente pensaram nisso quando distinguiram a Europa da Ásia e África. Na geografia moderna ela ganhou força com a aplicação da cultura aos problemas geográficos:

A pesquisa deve necessariamente restringir-se às investigações passo a passo de tópicos especiais, ou de áreas de proporções bastante limitadas, mas (...) podemos (...) empregar uma divisão provisória da Terra em amplas regiões culturais. Vários autores, na Europa e Estados Unidos, propuseram os seus esquemas individuais. Todos são *semelhantes. Em essência, distinguem as seguintes regiões: ocidental, ou oeste; islâmica, ou África do Norte-Sudeste asiático; indica, ou indiana; leste-asiática, ou oriental; Sudeste da Ásia; Meso-africana ou negro-africana. O grupo ocidental pode ser dividido ainda no berço europeu, terrestre, e em suas alas de além-mar da América inglesa e latina. África do Sul, Austrália e Nova Zelândia, e sua ala oriental, a União Soviética* (BROEK, *1967: 78).*

Se a ênfase recai sobre os próprios traços ou complexos culturais e não sobre os grupos sociais, deve-se falar de uma geografia cultural, expressão que conquistou ampla aceitação nos Estados Unidos. Esse campo incluiria, por exemplo, a distribuição de religiões, línguas, técnicas, animais domésticos e plantas, tipos de casa e formas de aldeamento:

A geografia cultural e a social confundem-se forçosamente. E difícil imaginar um traço cultural sem os povos que o possuem, difundem ou recebem. E não podemos imaginar a sociedade sem seus atributos culturais (BROEK, 1967: 39).

O reconhecimento da importância dos "fatos culturais" introduz, para Richard HARTSHORNE, um elemento básico de confusão na análise geográfica dominada por um contraste teórico entre os fatores humanos e os fatores naturais:

A análise científica, em geral, consiste em descrever a maneira pela qual um fenômeno particular se relaciona com outros determinados fenômenos, ou, em outras palavras, na busca dos fatores causais que produzem um efeito conhecido. A análise clara exige uma nítida separação entre os dois lados da proposição. Se nos for simultaneamente exigido se parar os *elementos humanos e os não humanos, a combinação dessas duas exigências força a presumir-se que tais elementos se correspondem, isto é, que os fatores humanos devem ser estudados*

como efeitos de causas naturais. Se, porém, for reconhecido que os "fatores culturais" desempenham um papel causal nesta relação, cumpre situá-los como "causativos" ao lado das "causas naturais", e o formulação feita não mais separará os fatores humanos dos fatores não humanos (HARTSHORNE, 1978: 55).

Estudar os fatores humanos como efeitos de causas naturais pode levar a equívocos e à busca de evidências empíricas para teorias formuladas a *priori:*

A geografia proposta por Ratzel privilegiou o elemento humano, (...) valorizando questões referentes à história e ao espaço, como a formação dos territórios, a difusão dos homens no Globo, a distribuição dos povos e das raças na superfície terrestre, o isolamento e suas conseqüências, além de estudos monográficos das áreas habitadas. Tudo tendo em visto o objeto central que seria o estudo das influências, que as condições naturais exercem sobre a evolução das sociedades ***(...)*** *Os discípulos de Ratzel radicalizaram suas colocações, constituindo o que se denomina (...) doutrina do determinismo geográfico (MORAES, 1981: 57).*

Na verdade, os autores dessa corrente partiram da definição ratzeliana do objeto da reflexão geográfica e simplificaram-na. Seus representantes mais conhecidos foram SEMPLE e HUNTINGTON:

A primeira, geógrafa americana, aluna de Ratzel, foi a responsável pela divulgação das teses deste nos EVA. Um exemplo das formulações de Semple, pode ser obtido na sua teoria, que relaciona a religião com o *relevo: nas regiões planas, predominariam religiões monoteístas; nas regiões acidentadas, predominariam religiões politeístas. Huntington concebia um determinismo invertido, isto é, para ele, as condições naturais mais hostis seriam as que propiciariam o maior desenvolvimento. O autor defende a idéia de que os rigores do inverno explicariam, pelas necessidades impostas (abrigo, estocagem de comida), o desenvolvimento das sociedades européias (MORAES, 1981: 58).*

Em termos de método, a proposta de Vidal de LA BLACHE não rompeu com as formulações de RATZEL, foi antes um prosseguimento destas. Vidal era, porém, mais relativista, negando a idéia de causalidade e determínação de RATZEL:

Na perspectiva vidalina, a natureza passou a ser vista como possibilidades para a ação humana; daí o nome de Possiblismo dado a esta corrente por Lucien Febvre (MORAES, 1981: 68).

Para Yves LACOSTE, a região-personagem, fruto do pensamento vidaliano e considerada a representação espacial fundamental da síntese harmoniosa e das heranças históricas, tornou-se um poderoso conceito-obstáculo que impediu a consideração de outras representações espaciais e o exame de suas relações:

Os geógrafos, de algum moda, acabaram por naturalizar as idéias de região: não falam eles das regiões calcáreas, de regiões gramíticas, de regiões frias, de regiões florestais? Eles utilizam a noção de região, que é fundamentalmente política, para designar todas as espécies de conjuntos espaciais, quer sejam topográficos, gelógicos, climáticos, botânicos, demográficos, econômicos ou culturais (LACOSTE, 1993:65-6 6).

O autor acha que a consagração pelos geógrafos da região-personalidade forneceu a garantia, a própria base, de todos os geografismos que proliferam no discurso político. Exemplos de geografismos: a Lorena luta, a Córsega se revolta, a Bretanha reivindica, o Norte produz. Evidentemente esses geografismos designam os homens que vivem nestas cidades ou regiões da França:

Mas esses malabarismos de estilo não são assim tão inocentes como podem parecer à primeira vista, pois eles permitem escamotear as diferenças e as contradições entre os diversos grupos sociais que se encontram nesses lugares ou sobre esses territórios. E a razão pela qual esses geografismos são tão utilizados nos discursos patrióticos, quer se trate do Estado-nação ou da região, que alguns consideram como mininações ou como nações em potencial (LACOSTE, 1993: 65).

Os seres humanos, individualmente ou em grupos, tendem a perceber o mundo

com o “self”, como o centro. O egocentrismo e o etnocentrismo parecem ser traços humanos universais, embora suas intensidades variem grandemente entre os indivíduos e os grupos sociais:

> *Os egípcios antigos, separados pelo deserto* e *pelo mar, dos seus pares na Mesapotâmia, estavam certos que eram superiores aos povos que encontraram além das bordas do vale do Nua. Conscientes de sua própria sofisticação, acreditavam que seus vizinhos eram rústicos e leigos. Eles faziam a distinção entre “homens”, de um lado e líbios, asiáticos ou africanos, de outro. Os egípcios eram “homens” e de certa maneira estava implícito que os estrangeiros não alcançavam a completa estatura humana. Nas épocas de tensão nacional, quando a ordem estabelecida havia sido destruída, uma queixa comum dos egípcios era de que os estrangeiros em todas as partes tinham se tornado pessoas (TUAN, 1980: 34-35).*

Ainda na obra de Vidal de LA BLACHE é possível observar o sutil argumento que, num mesmo discurso, critica o expansionismo germânico, avalizado pela obra de RATZEL, ao mesmo tempo em que resguarda uma legitimação da ação colonial francesa:

> *As fronteiras européias definiriam domínios de civilização, solidamente firmadas por séculos de história. Assim, qualquer tentativa de não respeitá-las significaria uma agressão, na medida em que estes limites seriam fruto de um longo processo de civilização. Note-se que a ação imperial francesa não se concentrava na Europa; era principalmente um expansionismo colonial, que tinha por espaço a Ásia e a África (...) estes dois últimos continentes abrigariam sociedades estagnadas, imersas no localismo, “comunidades vegetando lado a lado”, sem perspectivas de desenvolvimento. Aqui,* o *contato seria necessário para romper este equilíbrio primitivo. Ao definir o progresso como fruto de relações entre sociedades com gêneros de vida diferentes, num processo enriquecedor, Vidal de La Blache abriu a possibilidade de falar da “missão civilizadora do europeu na África”. E, assim, legitimara ação colonialista francesa. Dessa forma, uma legitimação indireta, onde* o *tema da expansão e do domínio territorial (assim como os demais assuntos diretamente políticos) não são sequer mencionados (MORAES: 1981:70-71).*

Yi-fu TUAN acha que a ilusão de superioridade e centralidade provavelmente é necessária para a manutenção da cultura:

> *Quando a crua realidade despedaça essa ilusão, é possível que a própria cultura decline. No mundo moderno das comunicações rápidas é difícil para as pequenas comunidades acreditarem que estejam, em qualquer sentido literal, no centro das coisas, embora algo desta fé seja necessário se elas desejam prosperar (...) Pode não nos parecer estranho que a China, por um longo tempo, se considerasse como o Império Central, nem que a Grã-Bretanha no século dezenove e atualmente os Estados Unidos, se vejam como o centro do mundo. Entretanto,* o *fato é que esta perspectiva etnocêntrica prevalece entre a maioria, ou todos os povos, enquanto ficam isolados e não têm que enfrentar a existência de outros povos mais numerosos ou superiores a eles. Graças ao conhecimento atual, estamos certos em denominar o etnocentrismo uma ilusão, mas no passado, a experiência muitas vezes apoiou esta crença (TUAN, 1980: 36).*

A visão eurocêntrica é óbvia na idéia de “Europa”. Na época das grandes navegações marítimas, os termos Europa e Ásia tornaram-se muito úteis. Os dois continentes eram separados pela grande península da África, que os marinheiros tinham que circunavegar. Mas “Europa” adquiriu uma vez mais significado político e cultural:

> *Quase no fim do século dezessete, os povos do mundo ocidental sentiram a necessidade de um nome coletivo para designar a sua civilização. O termo tradicional “Cristandade Ocidental” pareceu inapropriado, após as Guerras de Religião. “Europa” serviu ao propósito. Servia a uma área que fora unificada por raízes comuns na história, raça, religião e língua. Europa tem substância; Ásia é simplesmente aquilo que não é Europa. Ela foi definida negativamente e sob a perspectiva européia: deste modo temos o Oriente Próximo, o Oriente*

Médio e o *Extremo Oriente. A Ásia nunca foi uma entidade. Os seus povos diferem grandemente em tipo racial, língua, religião e cultura. Os árabes, os indianos, os chineses e* os *balineses não sabiam que eram todos asiáticos, até que* os *europeus lhes disseram, A Ásia era a sombra subjacente da consciência da Europa (TUAN, 1980: 48-4 9).*

Yi-fu TUAN observa ainda que há um artifício cartográfico moderno que é notoriamente etnocêntrico e que lembra os mapas circulares gregos centrados na Grécia e os mapas medievais traçados com Jerusalém em seu ponto central:

O artificio mostra todo o mundo em uma projeção que está centralizada no sul da Grã-Bretanha ou noroeste da França. Um círculo é traçado para incluir a metade da área do globo. Este é o hemisfério continental. Inclui quase toda a massa continental da Eurásia, toda a África do Norte e o terço setentrional da América do Sul. Fora do círculo está o hemisfério oceânico. Com exceção dos planaltos gelados inabitáveis da Antártida e Groelândia, aproximadamente nove décimos da área das terras estão situados no hemisfério continental, onde se localiza 95% da população mundial. O mapa desfruta de certa popularidade na Grã-Bretanha, a que é compreensível (TUAN, 1980: 49).

O surgimento de movimentos nacionalistas, disseminados pelo Globo, é responsável por um processo de fragmentação evidente. O Estado moderno é muito grande, sua área muito heterogênea para infundir o tipo de afeição que surge da experiência e do conhecimento íntimo. A formação de blocos e a integração econômica mundial são contrabalançadas por forças contrárias, de origem sobretudo política e social, e de caráter predominantemente local, que podem ser identificadas preliminarmente, nas formas seguintes (VASCONCELOS, 1993: 48-50):

a) Criação de novos estados: em 1993, o número de estados independentes já alcançava 189, incluindo mini-estados, que seriam considerados inviáveis anteriormente, como as ilhas de Caribe e do Pacífico, tendo algumas características de "Paraísos Fiscais";

b) Novos desmembramentos de estados: após a desagregação da União Soviética e da Iugoslávia, a Tchecoslováquia separa-se em duas repúblicas; a Eritréia separa-se da Etiópia após longa guerra;

c) Novas tentativas separatistas: na Rússia, na Geórgia, na Etiópia e no Sri Lanka. Esses movimentos são baseados no crescimento do nacionalismo, no agravamento das questões étnicas ou nas especificidades religiosas, e vão juntar-se a movimentos separatistas mais antigos como o *de Quebec (Canadá), dos flamengos/valões (Bélgica)* e *dos bascos (Espanha/França);*

d) Desagregação de estados nacionais: o *estado central perde* o *controle do território para frações, tribos, grupos étnicos ou religiosos. Exemplos: Afeganistão, Líbano, Libéria, Somália;*

e) Povos sem estado: ciganos, palestinos, curdos;

f) Ampliação dos movimentos integristas: islâmicos (como na Argélia); induístas (na lndia ocidental).

O patriotismo significa amor pela pátria ou terra natal. Nos tempos antigos era estritamente um sentimento local. Os gregos não usavam patriotismo indiscriminadamente para todas as terras de língua grega, mas para pequenas áreas como Atenas, Esparta, Corinto e Esmirna. O patriotismo dos fenícios se reduzia a Tiro, Sidon ou Cartago; não à Fenícia em geral. A cidade despertava emoções profundas, especialmente quando era atacada. Quando os romanos procuraram punir os cartagineses pela desobediência, arrasando a sua cidade, os cidadãos de Cartago suplicaram aos seus conquistadores que poupassem a cidade física, suas pedras e templos, que não tinham nenhuma culpa e em lugar disso, se necessário, exterminassem toda a população (TUAN, 1980).

Talvez esteja aqui o significado mais profundo do que se convencionou chamar "região cultural". O homem moderno conquistou a distância, mas não o tempo. Durante a sua vida, o homem agora - como no passado - somente pode estabelecer raízes profundas em uma pequena parte do mundo (TUAN, 1980).

Região e Lugar

De acordo com Edward RELPH, não há limites precisos a serem traçados entre espaço, paisagem e lugar, como fenômenos experienciados, nem a relação entre eles é constante: lugares têm paisagens, e paisagens e espaços têm lugares. O autor considera o "lugar" como sendo talvez o mais fundamental dos três, pois focaliza a "paisagem" e o "espaço" em torno das intenções e experiências humanas. Os lugares clamam nossas afeições e obrigações, conhecemos o mundo através dos lugares nos quais vivemos. Lugares são existenciais e uma fonte de auto-conhecimento e responsabilidade social (RELPH, 1979).

O mesmo autor admite a dificuldade de tecer generalizações a respeito dos modos pelos quais as pessoas se relacionam com o lugar ou os lugares. Para RELPH, os lugares que conhecemos e gostamos são todos lugares únicos e suas particularidades são determinadas por suas paisagens e espaços individuais e por nossos cuidados e responsabilidade, ou ainda pelo nosso desgosto, por eles:

> *Se conhecemos lugares com afeição profunda e genealógica, ou como pontos de parada numa passagem através do mundo, eles são colocados a parte porque significam algo para nós e são* os *centros a partir dos quais olhamos, metaforicamente pelo menos, através dos espaços* e *para as paisagens. E se nos encontramos aprisionados pelas circunstâncias ou ambientes de nossa própria escolha, estamos sempre dentro dum lugar que é colorido por nossas intenções e experiências, que também as modificam (RELPH, 1979: 18).*

TUAN afirma que o "lugar" pode ser definido de diversas maneiras. Por exemplo, como qualquer objeto estável que capta nossa atenção. Quando olhamos uma cena panorâmica, nossos olhos se detêm em pontos de interesse, podemos deliberadamente procurar um referencial, ou um aspecto no horizonte pode ser tão notável que chama nossa atenção. Entretanto, muitos lugares, altamente significantes para certos indivíduos e grupos, têm pouca notoriedade visual. São conhecidos emocionalmente, e não através do olho crítico ou da mente (TUAN, 1983).

Para TUAN, seria impossível discutir o espaço experiencial sem introduzir os objetos e os lugares que definem o espaço. Nessa direção, o autor afirma que a "distância" é um conceito espacial inexpressivo separado da idéia de objetivo ou lugar. Todavia, é possível descrever o lugar sem a utilização explícita de conceitos espaciais:

> *"Aqui" não envolve necessariamente "lá" (...) Movemo-nos das experiências diretas e íntimas para aquelas que envolvem cada vez mais apreensão simbólica e conceitual. As experiências íntimas jazem enterradas no mais profundo do nosso ser, de modo que não apenas carecemos de palavras para dar-lhes forma, mas freqüentemente não estamos sequer consciente delas (TUAN, 1983: 151).*

Eric DARDEL acha que, para o ser humano, a realidade se mostra primeiramente através do lugar em que se está, os lugares de infância, o ambiente que lhe chama à sua presença:

> *Antes de mais nada, há esse "lugar" que não escolhemos, onde as bases de nossa existência mundana e da nossa condição humana se estabelecem. Nós podemos trocar de lugares, mudar, mas isso é ainda a procura de um lugar; precisamos de uma base para estabelecer nossa existência e realizar nossas possibilidades, um aqui a partir do qual descobrir o mundo, um acolá para* o *qual ir (DARDEL. 1952, in: RELPH, 1979: 16).*

As diversas experiências de espaços podem relacionar-se de um modo particular no "lugar". Visto assim, o lugar pode ser identificado a partir de três componentes que se interrelacionam: traços físicos, atividades e funções observáveis, bem como os significados ou símbolos. São estes componentes que dão autenticidade aos lugares. Estudar a autenticidade dos lugares significa examinar um fenômeno específico do mundo vivido, elucidando a diversidade e intensidade de nossas experiências de lugar (RELPH, 1976, in: HOLZER, 1996).

E fundamental entender também que o lugar existe em escalas[2] diferentes, como nos lembra TUAN:

> *Em um extremo, uma poltrona preferida é um lugar; em outro extremo, toda a terra. A pátria é um tipo importante de lugar em escala média. E uma região*

(cidade ou interior) grande o suficiente para garantir a subsistência de um povo (TUAN, 1983: 165).

Vista como "lugar", a região adquire novos sentidos e significados:

Uma noção de região calcada na idéia de lugar tira esta palavra dos escritórios dos analistas e urbanistas e *joga-a de volta à vida cotidiana. Dá a ela novamente a fluidez e a flexibilidade das coisas comuns, criadas e modificadas quase ao sabor do vento, naquelas conversas e divagações que ocorrem nos portões das casas e que vão reunindo sempre mais gente diante de uma discussão sem fim de onde começa e onde termina aquele bairro, ou qual a origem do nome do referido lugar. Uma vez dispersadas as pessoas, lá se vão as versões mais desconexas de um mesmo tema. A oralidade encarrega-se de manter* o *fio condutor num dinamismo do qual a ciência escrita não é capaz (OLIVEIRA JÚNIOR, 1996: 77).*

Região e Identidade

Concorda-se aqui com a afirmação do geógrafo Rogério HAESBAERT de que os símbolos que compõem uma identidade social não são construções totalmente arbitrárias ou aleatórias, já que sempre mantêm determinados vínculos com a realidade concreta (HAESBAERT, 1997). Ao mesmo tempo que determina aspectos da vida em sociedade, o simbolismo está repleto de interstícios e de graus de liberdade (CASTORIADIS, 1982, in: HAESBAERT 1997).

A questão das identidades regionais mantém-se insuficientemente explorada. No entanto, parece consensual que "identidades" constroém-se sempre a partir do reconhecimento de uma alteridade. Isso, no entanto, só pode acontecer onde há interação, transações, relações ou contatos entre grupos diferentes (BARTH, 1969, in: URIARTE, 2001).

Para o sociólogo Pierre BOURDIEU, o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto:

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional (...) são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer grupos. Com efeito, o *que nelas está em jogo é* o *poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido* e *o consenso sobre o sentido* e, *em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 2000: 113).*

Particularmente interessantes são as colocações de BOURDIEU a respeito das fronteiras e limites espaciais:

A fronteira nunca é mais do que o *produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na "realidade" segundo os elementos, que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes (...) Cada um está de acordo em notar que as "regiões" delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis (língua, habitat, tamanho da terra, etc.) nunca coincidem perfeitamente (...) a "realidade", nesse caso, é social e as classificações mais "naturais" apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande porte, produto de uma imposição arbitrária, (...) de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. A fronteira, esse produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta (BOURDIEU, 2000: lIS).*

E, portanto, no sistema de relações com o que lhe é externo, ou seja, com a alteridade, que a territorialidade regional pode ser definida. Ela está impregnada de laços de identidade, que tentam de alguma forma homogeneizar esse território, dotá-lo de uma área/superfície minimamente igualizante, seja por uma identidade territorial, seja por uma fronteira definidora de alteridade (HAESBAERT, 1 997).

Importante também é a distinção entre "diferente" e "desigual". Enquanto a desigualdade exige um parâmetro comum, classificatório, que permita uma comparação global, "em rede", a diferença *stricto sensu* o é no sentido de alteridade, não havendo, a

princípio, a possibilidade de hierarquização, já que se manifesta quando confrontada com outra identidade (HAESBAERT, 1997).

Para Denis COSGROVE, se a cultura é o centro dos objetivos de uma geografia que busca compreender o mundo vivido dos grupos humanos, uma geografia baseada na dialética marxista precisa reconhecer também que o mundo vivido, mesmo que simbolicamente constituído, tem expressão material, não devendo-se negar sua objetividade
(COSGROVE, 1983).

> *A cultura não é algo que funciona através dos seres humanos, pelo contrário, tem que ser constantemente reproduzida por eles em suas ações; muitas das quais são ações não reflexivas, rotineiras da vida cotidiana (...) o estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder. Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva* e *válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto às vezes é chamado de hegemonia cultural. Há, portanto, culturas dominantes* e *subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político (...) mas também em termos de sexo, idade e etnicidade (COSGROVE, 1998: 101-lOS).*

Visto assim, o discurso regionalista é *performativo,* impondo como legítima uma nova definição das fronteiras e fazendo reconhecer a região assim delimitada contra a definição dominante — reconhecida e legitima —que a ignora:

> *Mas* o *efeito de conhecimento que* o *fato da objetivação no discurso exerce não depende apenas do reconhecimento consentido àquele que o detém; ele depende também do grau em que o discurso, que anuncia ao grupo a sua identidade, está fundamentado na objetividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades econômicas e culturais que eles têm em comum, pois é somente em função de um princípio determinado de pertinência que pode aparecer a relação entre* estas *propriedades. O poder sabre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhes princípios de visão e divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade (BOURDIEU, 2000:117).*

À Guisa de Conclusão: E o Método Regional?

Concorda-se aqui com ROCHA (1999) que, antes de mais nada, a região a ser estudada deve apresentar fundamentalmente *"uma justificativa histórica"*, já que é a partir das *"condicões históricas de produção deste dado espaço que o delineamento se consubstancia"* (ROCHA, 1999: 63). Acrescente-se que a região não é apenas o espaço, mas também o tempo, a história (BOIS, 1960, in: BOURDIEU, 2000).

ROCHA nos lembra ainda que, normalmente, o espaço regional apresenta como unidade quantificável o município e é *"dele que podemos, a partir de variáveis compiladas pelos censos ou outras pesquisas institucionais, comparar situações e estabelecer algumas relações, aqui utilizando uma técnica quantitativa"* (ROCHA: 1 999: 64). Mas, aplicar o "método regional", pensando a região como "lugar", é muito mais que agrupar dados quantitativos de diferentes municípios em busca de uma unidade (ou identidade) regional pressuposta pelo pesquisador. O método regional deve buscar a região em cada lugar, em cada cidade, em cada bairro:

> *O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo (SANTOS, 1992: 5).*

A reconstituição do todo, como propõe SANTOS, pressupõe o abandono das velhas dicotomias (Geografia Humana versus Geografia Física, técnicas qualitativas

versus técnicas quantitativas, fenomenologia versus dialética marxista) e, no caso específico da aplicação do método regional, a busca não só das semelhanças, mas também das diferenças entre os lugares que compõem uma mesma região. É preciso sobretudo pensar a região como algo dinâmico e mutável, reflexo e produto da ação dos seres humanos, como espaço vivido e, por isso mesmo, "representável", algo passível de "apropriação"[3]

A aplicação do método regional deve, portanto, tentar construir, a partir das representações dos diferentes grupos e indivíduos "produtores do espaço", uma representação coletiva para a região pesquisada, a partir da identificação das redes de relações sociais[4], agrupando-se as representações em níveis diferenciados até se chegar a uma representação coletiva "síntese" da região.

A vida regional, segundo Bernard KAYSER, tende a nascer e a tomar corpo em um espaço cada vez mais amplo do nosso Globo. Por outro lado, os quadros e as dimensões das regiões constituídas modificam-se continuamente, em virtude da ação combinada de processos dinâmicos e de forças de inércia: as transformações de ordem técnica e econômica de um lado, e as pressões humanas e as resistências de outro (KAYSER, 1980). A região estaria, de acordo com essa ótica, em perpétua evolução[5].

Daí a relevância de uma avaliação profunda e consistente da historicidade das regiões. Para SOUZA (1989), buscar essa historicidade equivale a procurar aqueles traços comuns, que a despeito das transformações ao longo do tempo e das diferenças interespaciais permitem que enxerguemos uma certa unidade na diversidade, garantida pela permanência de alguns aspectos ao longo da evolução das cidades, bairros e regiões.

[1] *Este artigo é uma revisão bibliográfica comentada sobre o papel da Geografia Regional no contexto da ciência geográfico contemporânea, resultado das reflexões e experiência como professor, desde 1997, das disciplinas Geografia Regional I e II (do curso de graduação em Geografia) e Evolução e Organização do Espaço Regional (do curso de Mestrado em Geografia), na Universidade Federal da Bahia.*

[2] *O conceito de escala é um dos pilares da ciência geográfica. Mais do que um recurso matemático fundamental para a cartografia, a escala é um modo de aproximação do real, uma maneira de ver o mundo e de tornar visíveis os fenômenos sócio-espaciais. Quando a escala muda, mudam também os fenômenos e as perspectivas de análise do espaço. Para CASTRO, a escala "é a escolha de uma forma de dividir o espaço, definindo uma realidade percebido/concebida, dando-lhe uma figuração, uma representação" (CASTRO, 1995: 136), que. em última instância, substitui o espaço real observado.*

[3] *De acordo com o conceito de apropriação, tal como definido pelo sociólogo e filósofo francês Henri LEFEBVRE, um processo efetivo de territorializaçõo deve reunir, ao mesmo tempo, uma dimensão concreta, de caráter predominantemente funcional, e uma dimensão simbólica e afetiva; "A dominação tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeira sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar" (citado por HAESBAERT 1997).*

[4] *É no nível local, onde os fragmentos das redes ganham uma dimensão única e socialmente concreta, ensina o Professor Milton Santos (SANTOS, 1996): Aos tempos rápidos das redes tecnológicas se contrapõem os tempos lentos das populações urbanas segregadas, articuladas em redes sociais cotidianas que refletem as diferentes relações de vizinhança, de parentesco, de amizade e solidariedade.*

[5] *A região é uma criação humana. Não é de surpreender, pois, que o homem desempenhe um papel determinante na sua evolução. Por sua ação e sua vontade social, o homem age sobre a região como produtor. transportador, distribuidor, organizador etc. Coletivamente, por sua simples presença como habitante da região (KAYSER, 1980).*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico* 3ª Edição. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BROEK, J. O .M. Iniciação ao estudo da Geografia. Rio de janeiro: Zahar Editores, 1967.

BRUHNES, J. *La Géographie Humaine.* 3ª Édition. Paris: Librairie Félix Alcan, 1925.

CASTRO, I. E. O Problema da Escala. In : Castro, I. E., Gomes, P. C. C. & Corrêa, R. L. (orgs.) Geografia : Conceitos e Temas, p. 116-140. Rio de janeiro : Editora Bertrand Brasil, 1995.

CORRÊA, R.L. O espaço geográfico: algumas considerações. ln: Santos, M. (org.) *Novos* Rumos *da Geografia Brasileira.* 3ª edição, p. 25-34. São Paulo: Editora HUCITEC.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas paisagens Humanas. ln: Côrrea, R. L. & Rosendahl, Z. (orgs.) *Paisagem, Tempo* e *Cultura, p.* 93-122. Rio de janeiro: EDUERJ, 1998.

COSGROVE, D. Towards a critical cultural geography: problems of theory. *Antipode.* IS 910: 1-11, 1983.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade.* Niterói: EDUFF 1997.

HARTSHORNE, R. *Propósitos e Natureza da Geografia.* 2ª edição. São Paulo. São Paulo: Editora HUCITEC/EDUSP, 1978.

HOLZER, W. A Geografia Humanista: Uma Revisão. In: Espaço *e Cultura,* N. 3, p. 8-19. Rio de janeiro: UERJ/NEPEC, 1996.

KAYSER, B. A região como objeto de estudo da geografia. ln: George, P, Kayser, B., Guglielmo, R. & Lacoste, Y *A Geografia Ativa. 5ª* edição, p. 279-321. São Paulo/Rio de janeiro: Difusão Editorial S.A., 1980.

LA BLACHE, P. V. *Principes de Géographie Humaine. 4ª* Edition. Paris: Librairie Armand Colin, 1948.

LACOSTE, Y. A Geografia - *Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 3ª Ed*ição. Campinas: Papirus, 1993.

LEITE, M. A. F. P. Destruição ou Desconstrução? São Paulo: Editora HUCITEC/FAPESP, 1994.

LIPIETZ, A. O local e o global: personalidade regional ou inter-regionalidade?. In: Espaço & Debates, N^0 38, "Nova Dimensão Regional", p. 10-20. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1994.

MORAES, A. C. R. *Geografia: Pequena História Crítica.* São Paulo: HUCITEC, 1981.

OLIVEIRA JUNIOR, W. M. Muitas Almas para a Cidade. ln: Caderno CEDES, N. 39, 1ª Edição, p. 73-87. Campinas: Papirus, 1996.

RATZEL, F. *Politische Geographie.* Neudruck der dritten Auflage von 1923 durgesehen und ergänzt von Eugen Oberhummer. Osnabrück: OttozellerVerlag, 1974.

RELPH, E. As bases fenomenológicas da geografia. In: *Geografia.* Vol. 4, N. 7, p. 1-25. Rio Claro: UNESP, abril de 1979.

ROCHA, M. M. Formas e Estratégias para o Desenvolvimento da Pesquisa Regional em Geografia. In: *GEOUSP – Revista da Pós-Graduação em Geografia,* N. 5, p. 61-

66. São Paulo: FFLCH / Departamento de Geografia/USP, 1999.
SANTOS, M. *A natureza do* espaço. São Paulo: HUCITEC, 1996.
SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado.* 3ª Edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.
SANTOS, M. *Espaço e Método.* 3ª Edição. São Paulo: Livros Studio Nobel 1992.
SOUZA, M. J. L. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. *Revista Brasileira de Geografia*, 51(2), p. 140-172. Rio de janeiro: IBGE, 1989.
TUAN, Y. F. Espaço e Lugar. São Paulo: DIFEL, 1983.
TUAN, Y. F. *Topofilia.* São Paulo/Rio de janeiro: Difusão Editorial S.A., 1980.
URIARTE, U. M. *Espaço, Cultura* e *Identidade na Perspectiva da Antropologia Urbana.* Mimeo. Salvador, 2001.
VASCONCELOS, P. A. A Nova (Des)ordem Mundial. In: *Caderno de Geociências*, N. 4, p. 39-54, Salvador: Instituto de Geociências (UFBA), 1993.